

## **A Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a Avaliação e Suas Controvérsias**

Maria Cristina de Oliveira Cardoso, mestranda do HCTE/UFRJ, mcristinaocardoso@gmail.com  
Regina Maria Macedo Costa Dantas, Doutora, Orientadora do HCTE/UFRJ, regina@hcte.ufrj.br

### **Resumo**

Plano Nacional de Pós-graduação objetivando qualidade. Uma colcha de retalhos que nos leva aos critérios de avaliação. Um modelo de avaliação que fomenta controvérsias há mais de 40 anos. Neste trabalho trataremos duas pequenas historiografias: a primeira sobre a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil realizada pela CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior e a segunda sobre as reflexões de estudiosos brasileiros elaboradas ao longo dos anos sobre o modelo e os critérios de avaliação. Trataremos o conforto, os desconfortos, os acertos e fracassos do modelo de avaliação contados por quem viveu e participou da história.

**Palavras Chaves:** avaliação.pós-graduação.produção científica

### **Introdução**

Garantir a performance de um programa de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é uma tarefa árdua. Além da necessidade de interagir e, por que não dizer, controlar a atuação acadêmica dos diversos atores que compõem os elementos de avaliação, existe a necessidade de se compreender, articular e relacionar as diversas informações escritas em diferentes documentos que são elaborados em diferentes datas.

Todo este movimento, que muitas vezes pode passar despercebido ao longo do ano, se evidencia nas atividades acadêmicas quando da aproximação da data de avaliação dos cursos. Recentemente o debate sobre os critérios de avaliação ganhou visibilidade após a divulgação, pela CAPES, da última avaliação relativa ao quadriênio 2013-2016. O desconforto com o resultado levou Instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC e a Academia Brasileira de Ciências/ABC, entre outras, a participarem de discussões e elaborarem suas contribuições visando promover mudanças nos critérios de avaliação.

Para este trabalho trataremos algumas reflexões e controvérsias de estudiosos brasileiros. Reflexões de quem viveu e participou da história da avaliação. Este estudo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado em andamento do programa de pós-graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia/HCTE da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Assim, como a pesquisa de mestrado, este trabalho se propõe a utilizar dados abertos ou públicos.

### **1 CAPES e a Avaliação**

O Sistema de Avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil é composto por princípios e diretrizes. Todo o processo de avaliação, hoje, é sustentado por três pilares: a avaliação por pares, o foco na formação dos recursos humanos e a produção intelectual associada a esta formação.

A avaliação da pós-graduação no Brasil foi criada em 1976 e foi o instrumento escolhido para viabilizar o acesso ao auxílio, incluindo o financeiro, das agências nacionais e organismos internacionais. Foi em 1977 que o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil foi instituído. O primeiro sistema de avaliação estava baseado no I Plano Nacional de Pós-graduação/PNPG onde um dos principais objetivos era a manutenção de um padrão de qualidade e a qualificação

de docentes. Em 1981, com a extinção do Conselho Nacional de Pós-graduação, a CAPES se torna responsável pela elaboração do II Plano Nacional de Pós-graduação. Foi a partir de 1981 que o Conselho Federal de Educação passou a utilizar as avaliações da CAPES como referência.

Novas mudanças ocorreram a partir de 1982. Neste ano a CAPES tomou a decisão de enviar para os programas de pós-graduação e instituições participantes relatórios com os seus respectivos resultados da avaliação. Seria a primeira tentativa para dar transparência ao processo de avaliação. Outras mudanças ocorreram no ano seguinte, como por exemplo, a implantação de Coordenações do Processo de Avaliação constituídas por membros da comunidade acadêmica indicados pelas instituições participantes.

Em 1997, através da Portaria de nº 2264, definiu-se o critério para validação nacional dos títulos de mestres e doutores da pós-graduação *stricto sensu*. A validade dos títulos passaria a estar vinculada ao resultado obtido pelos cursos de pós-graduação na avaliação da CAPES. Este fato foi um marco pois fortaleceu o modelo de avaliação. Ainda em 1997, após vários questionamentos sobre o modelo de avaliação aplicado, a CAPES convidou um grupo de consultores internacionais para emitirem um parecer sobre os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação. Esta comissão apresentou diversas recomendações, que culminou na Portaria de nº 1418 de 1998. Esta Portaria estabeleceu um padrão, nomeado como padrão de excelência, que se baseia nos conceitos recebidos pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* nas avaliações realizadas pela CAPES.

A partir desta Portaria, passaram a ser válidos os títulos dos mestres e doutores cujos cursos tivessem obtido conceito igual ou maior que 3 (em uma escala crescente de números inteiros de “1” a “7”). Também nesta época ocorreu a Implantação do Sistema Nacional de Pós-graduação/SNPG que trouxe a padronização da Ficha de Avaliação dos programas de pós-graduação. Em 2018, o critério de reconhecimento dos cursos mudou. A Portaria 182 de 14 de agosto de 2018, estabelece que serão desativados os programas que receberem nota 3, compostos por mestrado e doutorado ou aqueles cursos apenas no nível de mestrado.

O *Qualis-Periódicos*, o sistema de qualificação de veículos de publicação de produção científica, data de 1998. A padronização da Ficha de Avaliação, ocorrida neste ano, fez com que todos os cursos fossem avaliados com os mesmos critérios. Este fato, associado ao aumento da produção científica, levou a CAPES a constatar a inviabilidade de continuar qualificando individualmente cada artigo para a avaliação. A decisão, então, foi classificar os periódicos, veículos onde os programas de pós-graduação publicam suas produções científicas.

Em 2000, o sistema *Qualis* sofreu algumas alterações, entre elas, a inserção de uma limitação do número de periódicos que poderiam ser classificados no mais alto nível da classificação—25% do número total de periódicos de cada Área de Avaliação. Em 2010, a avaliação da produção intelectual na categoria livros e produção artística passaram a ser avaliadas sistematicamente. Até então, não existia um padrão de avaliação. Outras mudanças ocorreram ao longo dos anos no SNPG, mudanças essas que alteraram indicadores e a forma de coleta de dados. A periodicidade da avaliação também mudou passando a ser quadrienal em 2014 - Resolução nº5, de 11 de dezembro de 2014.

Hoje o SNPG tem como objetivo a formação pós-graduada de docentes para

todos os níveis de ensino, formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico e o fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação. O fomento à pesquisa sempre esteve articulado com a avaliação dos programas de pós-graduação, o que poderia, segundo a CAPES, explicar o sucesso da pós-graduação no Brasil. O VI Plano Nacional de Pós-graduação/PNPG 2011-2020 traz novas diretrizes e estratégias para a política de pós-graduação e pesquisa do país. Um dos pontos relevantes apontados é o estímulo às experiências interdisciplinares, com a criação de programas e áreas de concentração. Para termos uma ordem de grandeza a quantidade de cursos de pós-graduação no Brasil na década de 1960 era de 38 cursos, sendo 11 de doutorado e 27 de mestrado (Velloso, 2002). No ano de 2016, identificou-se no sítio<sup>1</sup> da CAPES a existência de 4.177 cursos de pós-graduação divididos em 49 áreas de avaliação que seguem uma mesma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior/CTC-ES.

### **Controvérsias e Reflexões**

Neste trabalho vamos relatar as controvérsias a partir de 1982, quando a CAPES decide enviar o relatório final de avaliação aos cursos de pós-graduação e as instituições participantes. O jornal O Estado de São Paulo, após ter acesso à algumas informações, publicou uma lista dos cursos que obtiveram os piores conceitos na avaliação da CAPES. Esta publicação fomentou uma ampla discussão sobre qualidade do ensino brasileiro, não só no meio acadêmico, mas também na população em geral. Segundo Castro e Soares (1983,p.63), a divulgação dos piores cursos no jornal teria sido o teste que ajudou a legitimar o sistema de avaliação, dando-lhe estabilidade.

Para os autores, estava claro a finalidade do resultado da avaliação: os cursos que obtivessem o conceito A ou B receberiam o apoio financeiro das agências governamentais. Ainda segundo os autores, o fato de existirem cursos em regiões pouco favorecidas, como por exemplo o norte e nordeste, não poderia influenciar na avaliação, nem tampouco eles poderiam receber tratamento diferenciado.

Fica assim entendido que os critérios de avaliação nada têm a ver com a história do curso, seus esforços ou as dificuldades que encontram. O tratamento diferenciado que se pode justificar em muitos casos não deve contaminar a atribuição do conceito. O extraordinário esforço de um grupo do Nordeste pode e deve ser apoiado, mas, no julgamento do resultado, será comparado com todos os demais, recebendo um conceito que meramente reflete suas realizações. (CASTRO, SOARES, 1983, p. 65-66).

Passados 10 anos, esta controvérsia ainda persistia. Mauricio Lima Barreto, membro do CTC e representante da Área de Saúde Coletiva da CAPES, levantou questões sobre comparabilidade entre diferentes áreas de conhecimento e a valoração das contribuições dos programas para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. No entendimento do autor, não deveria haver uma padronização da avaliação para áreas de conhecimento. Dever-se-ia buscar padrões de qualidade para cada área (BARRETO, 1998, p.73). É bom lembrar que este foi o ano da consolidação do modelo de Avaliação da CAPES, que trouxe mudanças como por exemplo, o papel do Conselho Técnico Científico/CTC. Neste ano de 1998, o CTC passou a ter o direito de questionar as análises das Comissões de Área, podendo, inclusive, modificar os conceitos dados.

Em 2005, este tema ainda era discutido. Segundo Horta e Moraes

, aquele foi um momento de luta por hegemonia dentro dos CTCs. Os autores afirmavam que o enquadramento resultante dos novos critérios de avaliação deixava de fora a Área de Humanidades:

[...] o quesito que realmente discrimina, no atual processo de avaliação da pós-graduação, é a produção bibliográfica, e nessa a qualidade dos veículos de divulgação. [...] Ao contrário do senso comum, um elevado tempo médio de titulação e um baixo número de titulados por docente, bem como um alto índice de evasão, pouco repercutem na avaliação do programa, embora sejam fatais na hora da distribuição de bolsas da CAPES, [...] Em outras palavras, esse parece o perverso círculo vicioso em que está entrando a pós-graduação brasileira: docentes de programas com alto conceito dedicam mais tempo à produção científica, garantindo a manutenção desses conceitos e o financiamento por parte dos órgãos que consideram fundamental o conceito no momento da distribuição de verbas (HORTA, MORAES, 2005.p.101).

O presidente da CAPES Abilio Afonso Baeta Neves, em 2002, demonstrava, em uma entrevista, conhecer o desconforto dos estudiosos com a avaliação, principalmente com a demanda de produção científica. Neves afirmava que os indicadores propostos seriam indicadores de excelência e que a internacionalização era a condição para se atingir uma formação altamente qualificada.

Porque essa discussão que se reabriu sobre indicadores, padrões e parâmetros de excelência provocou inevitavelmente uma turbulência no interior de cada área e na relação entre as áreas. Essa turbulência tem tudo a ver com o fato de que nós mantivemos a avaliação da CAPES como um sistema único, ou seja, não tivemos na CAPES avaliações distintas por áreas de conhecimento. Queremos que os resultados da avaliação tenham alguma equivalência. (NEVES, 2002, p.7).

Ao longo dos anos, novos questionamentos foram surgindo e alguns colocando em dúvida os critérios de classificação do *Qualis*. No ano de 2009, Rocha-e-Silva, editor da *Clinics* da Faculdade de Medicina da USP, fez duras críticas às mudanças implantadas no *Qualis*, principalmente a limitação de 25% da quantidade de periódicos que poderia ser qualificada como A1. Segundo o autor, o “limite para cada área foi fixado por numerologia, sem nenhuma relação com a realidade da respectiva produção científica” (2009, p.1)

Mais de 40 anos depois da implantação da avaliação para a pós-graduação ainda existem questionamentos sobre os indicadores. Em 2014, Tourinho e Palha (2014, p.1) trouxeram reflexões sobre os indicadores e sobre um possível processo de alienação produzido pela CAPES, segundo os autores, com anuência das universidades brasileiras. Os autores sugerem que o critério de produção de conhecimento poderia afetar diretamente o objeto de trabalho dos professores e alunos na busca de se adequarem as regras. Segundo Tourinho e Palha (2014, p.7), impor uma produção científica, desconsiderando o perfil socioeconômico dos discentes e docentes e desconsiderando características e recursos locais, seria um reflexo da falta de representatividade de grupos fora do eixo sul e sudeste no Conselho Superior, principalmente grupos do norte do país.

Aos que trabalham, nega-se o estabelecimento da sua relação com os produtos do seu trabalho e os parâmetros da sua própria história acadêmica. Não há independência. Essa alienação das concepções doutrinárias, filosóficas e materiais do trabalho produz um homem alienado, pois traz o *desapossamento* do trabalho. Não é, portanto, a satisfação de uma necessidade (nossa), mas apenas um meio para satisfazer necessidades exteriores a nós e, por isso, vira-se contra nós, porque, independente de nós, não nos pertence, pertence à Capes. (TOURINHO, PALHA, 2014, p.7).

As controvérsias sobre a avaliação não terminam e se renovam a cada

divulgação de resultado. Em 2017 a avaliação foi tema central do Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação do Brasil/FOPROP. No documento elaborado no Fórum, destacam-se críticas aos critérios de avaliação e as métricas iguais para todos os programas. O documento também critica o excessivo peso numérico dado a produção científica. A entidade sugeriu a adoção de pesos diferentes atribuídos aos quesitos por área de avaliação, entre outros pontos (FOTROP, 2017).

Neste mesmo ano, a ANINTER-SH, em um encontro promovido com os coordenadores dos cursos interdisciplinares, também fez críticas ao caráter produtivista e hierárquico das avaliações. Uma proposta de revisão do modelo também foi elaborada pela SBPC e encaminhada à CAPES em 2018. Destaca-se nesta proposta o entendimento de que o modelo atual estaria *esgotado*. O documento traz ainda sugestão de um processo de avaliação não produtivista e com perfis de indicadores diferenciados (RODRIGUES, 2018). Uma fusão entre os *Qualis* de várias áreas foi uma das propostas apresentadas pela Academia Brasileira de Ciência/ABC. A Academia buscava critérios mais homogêneos.

Um fato relevante levantado neste trabalho foi a necessidade de compilar informações nos diferentes documentos que suportam a avaliação, quase como a elaboração de uma colcha de retalhos. Acompanhando os critérios de avaliação da Área Interdisciplinar foi possível observar a necessidade consolidar dados de diversos documentos para se obter a plena informação dos critérios e regras da avaliação. Para se alinhar esta colcha de retalhos os documentos de consulta da Área Interdisciplinar foram: Relatório de Avaliação, Ficha de Avaliação, Documento de Área e o Regimento. Todos esses documentos datam de diferentes épocas ou ano. Quando lidos isoladamente, não trazem uma compreensão plena dos critérios de avaliação.

### **Considerações Parciais**

Muitas outras reflexões ficaram fora deste trabalho. Apesar da longevidade da discussão, percebe-se que os pontos mais questionados se repetem ciclicamente. Questões como possibilidade de conceitos regionalizados, conceito por áreas, representatividade regional no Conselho, e produção científica se repetem e devem ser discutidas. Temos um país continental, com suas particularidades e regionalidades. Reproduzir ou tentar reproduzir um formato de avaliação de outros países sem uma pequena antropofagia, talvez vá continuar suscitando discussões, insatisfação e desigualdades nas universidades brasileiras.

### **Referências:**

ABC, Associação Brasileira de Ciência. **Considerações sobre o Processo de Avaliação da Pós-graduação da CAPES**. Contribuição da Academia Brasileira de Ciências. 2018. Última atualização em 23/09/2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/forumpginter>> Último acesso em 01/10/2018

ANINTER, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. **Carta de João Pessoa**, 01/11/2017. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/CartasDocumentos/CartaJP2017.pdf>>. Último acesso em 17/09/18

BARRETO, Maurício Lima. **O após da Avaliação da Pós-Graduação em 1998: para onde devemos seguir.** INFOCAPES, Boletim Informativo da CAPES. Brasília v.6, n4, p.71-73. Editora UnB, out/dez 1998. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Info4\\_98.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Info4_98.pdf)>

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>

CASTRO, Cláudio de Moura; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Avaliando as avaliações da Capes.** Rev. adm. empres., São Paulo , v. 23,n. 3, p. 63-73, Setembro1983 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S003475901983000300007&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S003475901983000300007&Ing=en&nrm=iso)>. Último acesso 14/08/2018.

FOPROP, Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. **Avaliação da Avaliação da Pós-graduação Brasileira:** FOPROP , Brasília, nov/2017

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. **O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: área de educação à grande área de ciências humanas.** Rev. Bras. Educ..Revista Brasileira de Educação, n.30. p.95-116, dez.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a08n30.pdf>> Último acesso em 25/07/2018

NEVES, Abilio Afonso Baeta. **Depoimento.** INFOCAPES, Boletim Informativo Vol. 10, Nº 4 out/dez 2002. Disponível em: < [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10\\_4\\_2002.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_4_2002.pdf) >

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. **Carta Aberta ao Presidente da Capes: o novo Qualis, que não tem nada a ver com ciência do Brasil.** Pró-Fono R. Atual.Cient.,Barueri, v.21,n.4,p.275-278,Dec.2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-56872009000400002&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872009000400002&Ing=en&nrm=iso). Último acesso em 1/10/2018

RODRIGUES, Marcelo. **SBPC envia sugestões para um novo modelo de avaliação da Pós-Graduação no País.** Soc.Bras.Prog da Ciência. Publicado em 11/04/2018. Disponível em:< <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-envia-sugestoes-novo-modelo-de-avaliacao-da-pos-graduacao-no-pais/>>. Último acesso: 15/07/2018

TOURINHO, Manoel Malheiros e PALHA, Maria das Dores Correia. **A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação.** *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2014, vol.12, n.2, pp.270-283 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512014000200007&Ing=pt&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512014000200007&Ing=pt&tIng=pt)>. Último acesso em 10/08/2018.

VELLOSO, Jacques. Introdução. *In:* VELLOSO, Jacques (Org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país.** Brasília: CAPES/UNESCO, 2002